



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO Nº _____, DE 2011.
(Do Sr, Anthony Garotinho)

Solicita a convocação do ex-Diretor Geral da Polícia Federal, Sr. Luiz Fernando Corrêa, a fim de prestar esclarecimentos sobre o caso DIGITRO.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, caput, da Constituição Federal e na forma do art. 219, I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja feita a convocação do ex - Superintendente da Polícia Federal, Sr. Luiz Fernando, a fim de prestar esclarecimentos sobre o caso DIGITRO.

JUSTIFICAÇÃO

A Folha de S. Paulo revelou em 2009 que amizade teria facilitado o negócio de venda de tecnologia de informação à órgãos públicos.

De acordo com o jornal, a empresa de um amigo do diretor-geral da Polícia Federal, Sr. Luiz Fernando Corrêa, ganhou cerca de R\$ 50 milhões de 2002 a 2007 com a venda de tecnologia de informação e serviços de escutas telefônicas a órgãos públicos brasileiros e empresas privadas. Todos os contratos foram intermediados pela Senasp, órgão do Ministério da Justiça comandado por Corrêa de 2003 a 2007.

A empresa em questão é a Dígitro, presidida por Geraldo Faraco. Segundo a PF, Luiz Fernando Corrêa mantém um “bom relacionamento” com o empresário, “fruto de uma convivência profissional de mais de 15 anos”.

Entre 2002 e 2007, a Dígitro faturou um total de R\$ 60 milhões com venda de equipamento de segurança. Nesse período, vendeu a 12 Estados, ao DF e a empresas privadas a plataforma Guardião, que registra áudio de ligações interceptadas, monta redes de relacionamento de investigados e transcreve gravações.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

A Dígitro desenvolveu o Guardiã em parceria informal com a PF em Santa Catarina e passou a fornecer o equipamento para superintendências e órgãos de segurança dos Estados. Ao assumir o cargo, em 2007, Corrêa foi apresentado como membro da equipe que ajudou a desenvolver o sistema.

A Folha teve acesso a contratos de venda do Guardiã firmados pela Dígitro anexados a um processo na Justiça do Trabalho de Santa Catarina. Nele, o procurador da Fazenda licenciado HUGO CÉSAR HOESCHL reivindica direitos autorais sobre dois softwares desenvolvidos por sua equipe usados no sistema.

HOESCHL disse à Folha que Faraco se vangloriava da amizade com Corrêa e dizia que Corrêa passou férias em janeiro de 2005 e 2006 em seu apartamento em Florianópolis –SC – comentário esse negado por Faraco e Corrêa.

Entre os documentos está o contrato de R\$ 161 milhões entre o Ministério da Justiça e a Motorola para fornecimento de infra-estrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação e equipamentos para os Jogos Pan Americanos do Rio, em 2007. A Motorola liderou o consórcio de fornecedores, integrado pela Dígitro.

HOESCHL disse que Roberto Prudêncio, diretor da Dígitro, integrou a delegação brasileira(chefiada por Corrêa) que foi à Bélgica e à Israel em 2006 para conhecer sistemas de informação e segurança, visando o Pan 2007. A Polícia Federal informou que o encontro foi casual.

Segundo os contratos, 12(doze) Estados (RJ, RS, SC, MT, CE, PE, MG, SP, ES, PR, TO e PA), o DF, 4 (quatro) superintendências da Polícia Federal (SC, PR, SP e RJ), A Procuradoria da República, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e uma seguradora compraram o Guardiã, por um total de R\$ 49 milhões.

Em 2 (dois) dos 25 (vinte e cinco) contratos houve licitação. A dispensa de licitação e sigilo nos contratos foram amparados na Lei de Licitações. A Senasp e a Dígitro afirmam que o Guardiã é vendido somente a “ entes nacionais”.

Por sua vez, o ex- Diretor Geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa, informou por meio de nota de sua assessoria que o sistema Guardiã era a única tecnologia nacional disponível na época dos contratos, que foram firmados entre 2002 e 2007.

A assessoria afirmou também que a partir de 2007 foram adquiridos só o sistema Sombra, equipamento de escuta desenvolvido para que a Polícia Federal não “fique refém de empresas”.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

Segundo a nota, não cabe à Senasp definir qual a tecnologia será adquirida pelos Estados. “Coube à Senasp a análise e o encaminhamento para a apreciação do conselho gestor, que é a instância de decisão acerca da aprovação ou não do projeto.”

A Dígitro disse, via assessoria, que as vendas feitas para órgãos públicos “seguem rigorosamente os preceitos legais da transparência”. Afirmou também que “não interfere nos relacionamentos sociais dos funcionários” e que Geraldo Faraco, presidente, tem relações sociais com representantes das comunidades de inteligência e tecnologia da informação, entre eles Luiz Fernando Corrêa.

A despeito das notas das assessorias o Ministério Público abriu investigação contra a empresa Dígitro e a Polícia Federal por suspeita de irregularidades na compra dos equipamentos (vide matéria em anexo extraída do Portal Folha.com).

Pelas razões expostas, creio ser necessário que se ouça nesta Comissão o Senhor Luiz Fernando Corrêa.

Sala da Comissão, 30 de março de 2011.

Deputado ANTHONY GAROTINHO



18/12/2010 - 09h30 – Folha.com

Polícia Federal é investigada por compra de aparelhos

MATHEUS LEITÃO

DE BRASÍLIA

O Ministério Público Federal em Santa Catarina abriu investigação contra a empresa de segurança Dígitro e a Polícia Federal por suspeita de irregularidades na compra de aparelhos de escuta.

A investigação recai sobre a compra de 36 plataformas Guardião, que registram áudios de ligações interceptadas, montam redes de relacionamento de investigados e transcrevem gravações.

A **Folha** apurou que as suspeitas nos contratos, descritas no ato de abertura da investigação, são de desvio de dinheiro público, lavagem de dinheiro, sonegação fiscal e uso fraudulento de sistema informatizado. A investigação está sob sigilo.

A Dígitro faturou R\$ 49 milhões com a venda dessa tecnologia para a PF. A compra do Guardião da Superintendência da PF em São Paulo foi fechada com patrocínio da Caixa Seguradora, que tem capital estrangeiro.

Os outros 35 foram fechados com contratos semelhantes, intermediados pela Senasp (Secretaria Nacional de Segurança Pública) do Ministério da Justiça, mas com patrocínio do Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), por meio de um acordo de cooperação.

A Caixa Seguradora e o Pnud não são investigados. A Caixa deu R\$ 1,2 milhões, e o Pnud, R\$ 9,7 milhões. Os outros R\$ 38 milhões saíram dos cofres públicos.

A Dígitro desenvolveu o Guardião em parceria informal com a PF em Santa Catarina e passou a vendê-lo. Pelos contratos, 15 Estados e o DF receberam a plataforma.

Em setembro de 2009, a **Folha** [revelou](#) que o presidente da Dígitro, Geraldo Faraco, e o diretor-geral da PF, Luiz Fernando Corrêa, são amigos. A maioria dos contratos foi fechada quando Corrêa comandava a Senasp.

A investigação do Ministério Pública foi aberta a partir da acusação de três técnicos da Universidade Federal de Santa Catarina.

Eles reivindicam, em outras ações na Justiça, os direitos autorais sobre dois softwares desenvolvidos e usados no sistema.<